O Legado de Ruth Cardoso

(Publicado em *O Estado de São Paulo*, 14 de novembro de 2025)

O livro Comunidade Solidária: memória e legado – homenagem a Ruth Cardoso, publicado pela Fundação Fernando Henrique Cardoso, é importante não só pela homenagem e registro que fica, como também por chamar a atenção para um momento importante de inflexão na história das políticas sociais brasileiras. Professora de antropologia da Universidade de São Paulo desde a década de 50, casada com seu colega Fernando Henrique, Ruth se vê, em 1995, alçada subitamente à situação de "primeira-dama", cujo lado cerimonial procurava evitar, sem com isto deixar de estar ao lado do marido e buscar um lugar próprio de atuação conforme suas próprias ideias.

Ruth e Fernando Henrique Cardoso vinham ambos de uma tradição de compromisso com as questões sociais, mas por caminhos distintos. Aluno de Florestan Fernandes e Roger Bastide, a tese de doutorado de Fernando Henrique foi sobre o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul, em que combinava o olhar antropológico sobre a população escravizada com a interpretação crítica marxista do capitalismo. Seu envolvimento com as questões sociais leva à perseguição pelo governo militar, e, no final dos anos 60, no exílio, se torna célebre com o livro sobre Dependência e Desenvolvimento na América Latina, em que interpreta os problemas de pobreza e subdesenvolvimento como consequências das assimetrias do sistema capitalista internacional. No final dos anos 70 começa sua carreira política em defesa da democracia, tornando-se, depois, o Presidente do Plano Real, responsável pelo fim da inflação e modernização da economia.

É um governo social-democrata com resultados significativos na área social, como a universalização da educação básica, liderada por Paulo Renato de Souza, e a consolidação do sistema de único de saúde, sob José Serra, além de dar início às políticas de bolsa escola e colocar na agenda pública os temas da desigualdade racial e dos direitos humanos. Mas a agenda econômica tem prioridade, e lhe falta uma política de inclusão mais ampla, voltada para o atendimento aos milhões que se aglomeravam nas grandes cidades ou buscavam sair da situação de pobreza e estagnação do campo. As políticas assistenciais

que havia até então eram, ou o sistema sindical e previdenciário criado por Getúlio Vargas, que beneficiava uma pequena parcela da população urbana e era controlado pelos "pelegos" profissionais, ou as redes de caridade e assistência social administradas pela Igreja Católica e líderes místicos como a Legião da Boa Vontade. O que colocar em seu lugar?

Ruth Cardoso tem uma resposta, que vem dos estudos antropológicos da vida quotidiana dos imigrantes que chegam às grandes cidades, dela e de colegas e contemporâneas como Eunice Durham, Maria Sylvia de Carvalho Franco e outras, quase todas, significativamente, mulheres. Longe do Estado e das redes assistenciais, elas estudam como as populações mais pobres se organizam, estruturam suas comunidades, mandam seus filhos para as escolas, e se apoiam mutuamente. para participar de forma ativa e produtiva das oportunidades que eram criadas pela economia que se modernizava. Havia no país uma cultura de raiz e uma população ativa que precisava somente apoio e estímulo para tomar seu destino nas próprias mãos – a comunidade solidária, estimulando o voluntariado e criando condições para a mobilização e organização das populações locais. É a isto que Ruth se dedica, fora da estrutura do Estado mas se valendo dos recursos que conseguia mobilizar pelo lugar especial que ocupava.

Não foram somente as antropólogas que viram isto. O viram também a parte da Igreja Católica das comunidades eclesiais de base e as inúmeras seitas evangélcas que se espalhavam pelo país. Viu também o Partido dos Trabalhadores, que se transforma, de um movimento sindicalista independente que havia surgido por oposição ao clientelismo varguista, em um grande partido que se junta aos movimentos comunitários e chega ao governo com uma plataforma difusa de defesa dos pobres, que aos poucos se consolida em uma política assistencialista que não para de crescer, tomando para si e ampliando o poder e os vícios do antigo trabalhismo.

Entre bolsas, aposentadorias e pensões, milhões passam a depender de subsídios do governo, que se estendem também para o funcionalismo público, as classes médias, os partidos políticos e grandes grupos de interesse. O suficiente para ganhar eleições, mas não

para manter a economia crescendo, investir em políticas públicas de qualidade, reduzir efetivamente a desigualdade e incorporar setores inteiros da população que continuam à margem, atraídos pelas religiões messiânicas e envolvidos na malha da economia clandestina das grandes periferias urbanas.

Hoje, com cerca de metade da população e da economia dependentes do governo e mais recursos comprometidos com estes gastos do que a capacidade da economia brasileira de produzi-los, parece certo que este modelo de estado protetor e clientelista está chegando a seu limite. Em seu lugar não virá, certamente, o estado mínimo do liberalismo extremo, mas uma nova configuração em que os valores das políticas públicas de qualidade, solidariedade e autonomia da sociedade sejam novamente valorizados, como queria Ruth Cardoso.